

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

--- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, EFECTUADA NO DIA VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS, NO SALÃO NOBRE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL, NA CIDADE DE SANTARÉM. -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de mil novecentos e noventa e seis, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS: -----**

--- UM – PARECER DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM SOBRE OS PROJECTOS DE LEI RELATIVOS À CRIAÇÃO E À LEI QUADRO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----**

--- Faltas justificadas:-----

--- CARLOS MANUEL BATISTA GOMES DE ABREU.-----

--- LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO. -----

--- CARLOS MANUEL MARQUES FERREIRA. -----

--- VÍTOR MANUEL DELGADO PRATA LEAL. -----

--- FERNANDO SOARES NICOLA.-----

--- **BONIFÁCIO CORDEIRO TORRE.** -----

--- **ANTÓNIO AUGUSTO STOFFEL.** -----

--- **JOSÉ CLEMENTE PEREIRA.** -----

--- **FIRMINO JOAQUIM PRUDÊNCIO DE OLIVEIRA.** -----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberta a Sessão, convidando a Senhora **Maria Cremilda Fernandes Dionísio Salvador** a substituir o **Segundo Secretário da Mesa**, o Senhor António Augusto Stoffel dada a sua ausência.-----

--- De seguida deu-se início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou da ausência do Senhor Presidente da Câmara, por motivos de saúde, dando conhecimento ser notória a sua franca recuperação e que, nesta Sessão da Assembleia Municipal estava presente o seu substituo legal - Dr. Botas Castanho.-----

--- Referiu que esteve com o Dr. Ramos Horta, na Assembleia da República, onde trocou algumas impressões, informando-o do Voto de Congratulação acerca do Prémio Nobel da Paz, aprovado por esta Assembleia Municipal, reunida em onze de Outubro e aproveitou para transmitir os cumprimentos do homenageado a esta Assembleia. -----

--- Seguidamente submeteu à discussão a **acta número vinte**, tendo o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, solicitado uma correcção ao texto da sua segunda intervenção em que questionou a Câmara sobre a exclusão do artigo cinquenta e oito—A do PDM e a constituição de uma Comissão de Acompanhamento, já que o seu voto

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

favorável teve, como base, a resposta afirmativa do Senhor Presidente da Câmara à questão posta.-----

--- Interveio o Senhor **ZEFERINO FRANCISCO SILVA** considerando que, na sua opinião, as actas são muito resumidas.-----

--- Interveio também o Senhor **EDUARDO RAMOS OLIVEIRA**, para referir que o essencial do “ponto de ordem” que fez à Mesa não está inscrito na acta.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que se irá ouvir a gravação e fazer as correcções, se for caso disso, submetendo a votação a acta número vinte, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- Tendo em conta a solicitação do Sr. Presidente da Câmara em alterar algumas formas exaradas na Acta desta Assembleia Municipal número dezassete, de vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e seis, na intervenção do mesmo Senhor Presidente em relação à homenagem ao Actor Mário Viegas, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** propôs, aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, aquelas alterações não tendo havido quaisquer oposições.-----

--- A seguir interveio o Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA** tendo informado que, na segunda página do documento distribuído acerca da correspondência recebida, nos assuntos “Diversos”, onde vem referido um ofício da Repartição de Finanças, sobre a Junta de Freguesia de Pernes, **deve ler-se Tremês**.-----

--- Deu conhecimento de um ofício da Assembleia Distrital de Santarém acerca de dois

projectos de lei sobre a “Candidatura de cidadãos independentes às eleições dos órgãos das Autarquias Locais e Associações representativas dos municípios e das freguesias”, referindo estarem estes documentos disponíveis nos Serviços da Assembleia Municipal.-

--- Informou que o Senhor Marcolino José Pedreiro, da lista do PS, solicitou a renúncia de mandato, tendo já sido convocado o elemento seguinte da referida lista, o Senhor Carlos Manuel Marques Ferreira que, hoje, não pôde estar presente para tomar posse.----

--- Referiu ainda que foi distribuído um documento sobre o Livro “Vinte Anos de Abril” dando instruções sobre a maneira prática em se adquirir o referido livro.-----

--- A seguir o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** adiantou que se trata de um livro editado pela Associação Vinte e Cinco de Abril, com o resumo de todas as comemorações efectuadas até há dois anos atrás, no vinte e cinco de Abril, incluindo a homenagem prestada por este Município a Salgueiro Maia. -----

A seguir interveio o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** manifestando algum espanto por, em Outubro passado, na imprensa regional, Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara ter vindo criticar, abertamente, a Organização do Festival de Gastronomia, referindo até que o certame acumula prejuízos numa altura em que todo o país estava de olhos postos em Santarém. Acrescentou que há um ano atrás o Senhor Presidente da Câmara enalteceu o referido Festival. -----

--- Referiu que o PP já por várias vezes manifestou ser de opinião que o local não garante condições de segurança e higiene para a realização de tão grande evento.-----

--- Solicitou que a Câmara faça chegar à Assembleia Municipal os relatórios financeiros

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

do Certame, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia que solicite ao Dr. Carlos Abreu, para que em nome da verdade, faça chegar a esta casa os relatórios financeiros. --

--- Criticou a Câmara pelo facto de ter contratado um especialista em gestão financeira e urbanismo, não só pelo respeito que tem pelo Dr. Morgadinho, mas também e quando existe em Santarém um número considerável de advogados, lamentando que o Executivo entenda que nenhum dos advogados de Santarém tenha gabarito suficiente para satisfazer os seus desígnios. -----

--- Considerou que a Câmara necessita é de alguém que coadjuve o Dr. Morgadinho, dando emprego aos advogados estagiários deste concelho. -----

--- Questionou sobre o que se tem feito em prol do combate à droga e à toxicodependência com a verba da derrama destinada para esta área. -----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos sobre a situação actual do projecto IVOS-HOTEL e se a Câmara já exerceu o seu direito de reversão. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** sugeriu que o Senhor Pedro Veloso formulasse, por escrito, o seu pedido acerca da Região de Turismo do Ribatejo. -----

--- Usou a seguir da palavra a Senhora **ANABELA BOTELHO AMARO ALMEIDA** perguntando para quando está prevista a distribuição de informação à Assembleia Municipal sobre o plano integrado de resíduos sólidos urbanos para o Município, bem como, acerca das precipitadas tentativas de localização do aterro sanitário inter-municipal, neste concelho. -----

--- Depois usou da palavra o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS**, desejando as rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Câmara. -----

--- Sublinhou as palavras do Senhor Pedro Veloso, no tocante ao Festival de Gastronomia. Lembrou que a Assembleia Municipal autorizou a Câmara a integrar a Associação do Festival de Gastronomia e sendo os Órgãos Sociais geridos pela maioria do Executivo Municipal, gostaria que lhe fossem prestadas informações acerca do que lá se passa. -----

Referiu que, depois de analisadas as contas que lhe foram apresentadas, no seu entender, o Certame tem vindo a decair devido às “estruturas infraestruturantes”, considerando importante que a situação fosse analisada por uma Comissão para o efeito. -----

--- Sublinhou ser necessário repensar o problema para que não se parta para situações que provoquem a perda definitiva da hipótese de se ter, em Santarém, o melhor e maior Festival de Gastronomia. -----

Questionou se existe algum protocolo no destino a dar à Casa do Campino, salientando que, na opinião do PSD, o referido espaço necessita, naturalmente, de passar por reestruturações, mas seria importante que antes dessas obras se soubesse o destino a dar à Casa do Campino, que pertence a este Concelho. -----

--- Concluiu, considerando que se deve debater o Festival de Gastronomia, bem como o destino a dar à Casa do Campino, salientando que, se o processo não for seguido assim, logicamente que a responsabilidade caberá a quem decide. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que gostaria que a Sessão

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

- sobre o Campo Emílio Infante da Câmara ainda tivesse lugar este ano.-----
- Seguidamente interveio o Senhor **ZEFERINO FRANCISCO AZEVEDO SILVA** manifestando a sua preocupação relativamente aos prédios que ruíram aquando da última invernada, não sabendo o que irá acontecer quando começarem as fortes chuvadas. -----
- Referiu que foi demolida parte da fachada da Casa do Brasil, questionando porque é que não são dadas as mesmas facilidades, aos particulares, para demolir e reconstruir da mesma forma que o faz a Câmara.-----
- Salientou que ultimamente se têm efectuado bastantes melhorias na Cidade, nomeadamente no Jardim da República, congratulando-se com a nova iluminação daquele espaço.-----
- Referiu-se à rotunda do Sacapeito, perguntando a razão pela qual não foi a mesma projectada, na altura da urbanização, para que fossem os urbanizadores a pagarem as obras e não o erário público.-----
- Alertou para a necessidade da limpeza do Beco das Eirinhas e para o mau estado de conservação do seu pavimento.-----
- Lamentou o que descrito no jornal, acerca do Festival de Gastronomia, concordando que há que melhorar as condições, adiantando que, segundo informações que possui, existe um projecto para a remodelação completa daquele espaço, incluindo a saída dos próprios Serviços Municipais das traseiras da Casa do Campino.-----
- Perguntou porque razão o projecto da Santa Casa da Misericórdia, para a remodelação

da envolvência da Praça de Toiros, está a levar tanto tempo a aprovar. -----

---Congratulou-se com a posição tomada pelo Dr. Brillhante, no caso da Segurança Social que põe fim ao escândalo no ensino, e concluiu, referindo que, em parte, está satisfeito com a descida do PS, nas sondagens, porque é sinal que o Partido Socialista enquanto Governo, está a tentar colmatar as mazelas deixadas pelo anterior governo, sublinhando que este ano já se pagaram mais de cem mil contos de dívidas da Segurança Social.-----

---Usou depois da palavra o Senhor **CARLOS ALBERTO NARCISO MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, referindo que foi com agrado que viu serem demolidos os pavilhões da CP na Estação de Santarém e que finalmente esta empresa tinha feito algo por Santarém.-----

---Manifestou-se no entanto deveras surpreendido quando agora a CP vem cobrar três mil escudos, por mês, aos utentes que quiserem utilizar o parque de estacionamento, (que foi feito no local dos pavilhões demolidos) demonstrando uma grande falta de respeito para quem necessita de ali estacionar.-----

---Lamentou que esta situação se tivesse verificado, solicitando uma intervenção, por quem de direito, de modo a tentar evitar este abuso, por parte da CP.-----

---Interveio a seguir o Senhor **ARMANDO HENRIQUE PIRES**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém sublinhando as palavras do Senhor Carlos Marques, referindo as diligências que fez para evitar que o referido parque fosse pago. -----

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

--- Sugeriu que fosse adquirido um terreno para construção de um parque de estacionamento para evitar o estacionamento de veículos em cima dos passeios. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE CARMO** que recordou a homenagem efectuada ao Actor Mário Viegas, por esta Assembleia Municipal, em Alcanede, enaltecendo a homenagem, agora prestada pelo Centro Cultural Regional de Santarém, a este ilustre scalabitano, e que foi presenciada por muitas personalidades da vida pública. -----

--- Referiu que a Assembleia se deve congratular com a atribuição do nome “Actor Mário Viegas” ao Fórum do Centro Cultural, dirigindo uma palavra de agradecimento e reconhecimento à Direcção do Centro Cultural, presidida pelo Dr. José Niza, desejando que este Fórum tenha a actividade que Mário Viegas merece, para que se orgulhe da sua cidade natal.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara em Exercício que transmitisse ao Plenário a iniciativa que a Câmara se tinha proposto levar a cabo em relação à homenagem ao Actor Mário Viegas. -----

--- Depois tomou a palavra o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, questionando sobre a situação da rede viária e perguntando que medidas foram tomadas em relação ao inverno passado. -----

--- Perguntou, também, sobre a situação do Provedor Municipal que foi trazido a esta

Assembleia com tanta celeridade e nunca mais se ouviu falar nada acerca do assunto. ----

--- Solicitou esclarecimentos sobre que tipo de intervenção existe, por parte da Autarquia, relativamente ao problema da droga e da sida, referindo que se prevê que daqui a dez anos, um terço da população mundial esteja infectada com o vírus da sida.---

--- Sublinhou que a Organização Mundial de Saúde levanta questões com a droga, tráfico e consumo, que tem a ver com as pessoas, perguntando que informação e solidariedade temos e qual o papel da Autarquia no diálogo com os Hospitais e as Escolas, sugerindo que a Autarquia fizesse um debate sobre esta matéria.-----

--- Concluiu, congratulando-se com a homenagem ao Actor Mário Viegas, considerando que a melhor homenagem que se pode fazer é fazendo teatro porque ele foi um Homem do Teatro.-----

--- Interveio depois o senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével questionando qual a sensibilidade do Senhor Presidente da Assembleia, relativamente a uma proposta aprovada por esta Assembleia, em Alcanede e que foi inviabilizada pelo Executivo Camarário. -----

--- Perguntou se está prevista alguma reunião descentralizada da Assembleia Municipal, dado que a sua Junta de Freguesia foi até agora a única a disponibilizar-se para o efeito. -

--- Referiu ainda que, no tempo que mediou entre a Sessão de Alcanede e a de Junho, a sua Junta fez chegar à Assembleia Municipal uma proposta aprovada na Assembleia de Freguesia de Casével, no que concerne ao abastecimento de água, pondo à consideração do senhor Presidente da Assembleia Municipal o que entendesse fazer em relação à

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

matéria. A resposta que o Senhor Presidente da Assembleia deu não refere a posição da Mesa, pelo que gostaria de a saber.-----

--- Solicitou esclarecimento sobre se o Executivo Camarário já criou condições para evitar a parcialidade do saneamento básico, dado que há munícipes que têm o serviço gratuito, enquanto outros têm de o pagar.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que relativamente à eficácia das deliberações da Assembleia Municipal, estas têm contornos legais. Umas têm eficácia total, outras têm eficácia directa, tratando-se mais de uma magistratura de influência, tal como acontece com o Orçamento da Câmara, em que a Assembleia pode fazer sugestões mas não pode fazer alterações. Em todo o caso se a Assembleia suscitar questões importantes, com certeza que o Executivo lhe dará a atenção devida, independentemente das competências de cada Órgão.-----

--- Quanto à Sessão descentralizada em Alcanede, tratou-se de um compromisso eleitoral, mas também ficou dito que se iriam fazer mais, ficando em aberto a sugestão dos Partidos, PSD e CDU dizerem onde se irá fazer a próxima Sessão fora deste espaço.

--- Quanto à questão da água isso terá que ser articulado entre a Junta de Freguesia e os Serviços Municipalizados.-----

--- Interveio o senhor **VEREADOR MADEIRA LOPES** informando que acompanhou, em parte, o processo relativamente às obras da CP, conseguindo conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara alterar o projecto inicial, e nos contactos mantidos com os

técnicos da CP, nunca foi posta a questão do pagamento do estacionamento. Mais tarde foi recebido um ofício da CP que indiciava, (com pouca clareza), que esta empresa pretendia cobrar o estacionamento.-----

--- Referiu que face àquela situação, a Câmara solicitou, através de ofício, esclarecimentos sobre a matéria. O ofício não seguiu com a celeridade necessária, tendo o Senhor Vereador Botas Castanho deparado com avisos a informar que o estacionamento iria ser pago.-----

--- Depois interveio o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** referindo que, em face da situação do parque da CP pago tomou posição, discordando da atitude, tendo enviado de imediato ofício para o Conselho Geral da CP, manifestando total discordância da Câmara e a pedir a suspensão da medida. Entretanto a Câmara recebeu um ofício da CP a prestar grandes justificações –que não altera a posição do Executivo– e a comunicar que só se cobraria taxa de estacionamento a partir do dia dois de Dezembro.-----

--- Relativamente ao Festival de Gastronomia referiu que este está a ser vítima da sua própria dimensão, tendo-se multiplicado os problemas de segurança, pelo que se terá de encontrar uma solução a curto prazo. Quanto às contas do Festival, este efectivamente não tem dado prejuízo, podendo em todo caso, não dar o lucro que todos desejariam. ----

--- Quanto à contratação do Dr. Montalvo disse ser o “staff” técnico da Câmara muito limitado havendo necessidade de ter mais um técnico, não estando minimamente melindrada a competência do Dr. Morgadinho.-----

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

--- No tocante ao problema da droga, disse que com a verba da derrama foi possível contribuir para o alargamento do CAT, sem a qual estava bastante limitado. -----

--- No que concerne ao IVOS-HOTEL o problema está a ser reconsiderado. Foi já colocado o problema superiormente, existindo um protocolo tripartido no sentido de dar andamento ao processo de modo a que o mesmo não se arraste na barra do Tribunal.-----

--- Sobre o Plano de Resíduos Sólidos informou que o processo está a ser reapreciado junto da DRARN. -----

--- Relativamente à Casa do Campino, informou que não está em causa a sua titularidade dado que esta continuará a pertencer à Câmara Municipal de Santarém, havendo sim um acordo com a Região de Turismo do Ribatejo para ali ser instalada a sua Sede, bem como uma Escola de Hotelaria que Santarém necessita. -----

--- Informou que as reconstruções no Centro Histórico têm de ser feitas preservando e conservando a sua pureza e riqueza original.-----

--- Quanto à homenagem ao Actor Mário Viegas informou que foi assumido pela Câmara, na pessoa do seu Presidente, o envolvimento desta na edificação de uma estátua ao Actor Mário Viegas.-----

--- Disse ainda que, relativamente à rede viária, a Câmara está empenhada na sua recuperação.-----

--- Esclareceu que o problema do Provedor Municipal está à espera de uma maior receptividade, dado que, quando se iniciou o processo, não foi o mesmo muito bem

aceite. -----

--- Relativamente às intervenções hoje aqui havidas sobre droga e sida a Câmara tem prestado apoio sempre que solicitada a intervir, nomeadamente na recolha das seringas. -

--- Relativamente às propostas dirigidas à Câmara referiu que o Executivo fará os possíveis para atender as solicitações, salvo as que provoquem quebras de receita. -----

--- Interveio novamente o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** solicitando explicações acerca dos prejuízos do Festival de Gastronomia e que o Senhor Presidente da Câmara em Exercício assumira que os cem advogados da Comarca de Santarém não são altamente qualificados. -----

--- Lembrou também que a Assembleia Municipal foi obrigada a aprovar, à pressa, o Regulamento do Provedor Municipal e, passados dois anos, nada se sabe acerca dessa figura que dá por nome Provedor Municipal. -----

--- A seguir interveio novamente o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, perguntando se a Câmara teve conhecimento da proposta que foi enviada à Mesa da Assembleia Municipal, no que concerne ao abastecimento de água. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que deduz que as propostas que nos são remetidas sejam também enviadas ao Executivo. Em todo o caso vai ser verificado se o documento foi enviado à Câmara. -----

--- Interveio novamente o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** respondendo que não põe em causa os advogados de Santarém, nem tão pouco a

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

competência do Dr. Morgadinho, sublinhando que a contratação do Dr. Montalvo é um caso pontual. -----

--- Sublinhou que efectivamente o Festival de Gastronomia não dá prejuízos. -----

--- Quanto à proposta da Junta de Freguesia de Casével disse não ter conhecimento do assunto. -----

--- A seguir retomou a palavra o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, para referir que não entende para que é que as propostas são feitas à Mesa se depois não são tratadas nesta Câmara. Disse ainda que se trata de uma proposta que foi aprovada pela Assembleia de Freguesia de Casével, para que o abastecimento de água às localidades, que ainda não têm abastecimento, seja gratuito. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se a proposta apenas foi enviada à Assembleia Municipal, o que o Senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CASÉVEL** respondeu afirmativamente. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse ainda que não sabia responder, no momento, se a Câmara foi informada. Em todo caso adiantou que se irá verificar, uma vez que é habitual as Juntas de Freguesia enviarem a documentação para ambos os sítios.

--- A Seguir o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, disse que não vem à Assembleia Municipal só para viabilizar os assuntos da Câmara, mas também apresentar propostas e gostaria que elas também

fossem tratadas.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que iria esclarecer o problema.-----

--- Por último o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** esclareceu que o problema do abastecimento de água se está a resolver, adiantando que já está adjudicada a construção de um novo reservatório de água na Marinheira de modo a que, em meados do próximo ano, o abastecimento à Freguesia de Casével esteja concluído.---

--- Esgotadas as intervenções neste Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o único ponto da Ordem de Trabalhos:-----

--- **PONTO UM - PARECER DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM SOBRE OS PROJECTOS DE LEI RELATIVOS À CRIAÇÃO E À LEI QUADRO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS.**-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento das seguintes Propostas:-----

--- Proposta conjunta entre o PS e a CDU:-----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia 29 de Novembro de 1996, apreciou os diferentes projectos de lei, insertos na Separata nº 11/VII do Diário da República, de 21 de Maio de 1996, atinentes ao processo de consulta sobre Regionalização no respeito pela Deliberação nº 12-PL/96 da Assembleia da República, de 2 de Maio, bem como pela Deliberação, 24/VII, do mesmo órgão,

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

de 24 de Outubro de 1996, que prorroga o prazo de consulta durante mais sessenta dias, até à data limite de 15 de Dezembro do corrente ano, e deliberou:-----

1– Manifestar a sua concordância de princípio com o objectivo da regionalização, no quadro da descentralização do Estado e da Reforma da Administração Pública, visando a valorização do poder local e um desenvolvimento regional equilibrado e sustentável. -----

2– Pronunciar-se favoravelmente pela criação de uma região administrativa que integre à partida uma área, separada da Área Metropolitana de Lisboa, conforme os projectos de lei nºs 94/VII, 137/VII e 143/VII. -----

3– Considerar positivo as atribuições e competências regionais ao nível do desenvolvimento económico e social, do ordenamento e planeamento do território, da coordenação e apoio à acção dos municípios e da direcção de serviços públicos. -----

4– Opinar por um regime de finanças baseado na previsão de receitas próprias e numa participação nas receitas gerais do Estado, assente em critérios objectivos, que tenha em conta nomeadamente as atribuições e competências, a área e o número de habitantes e que possibilite o desenvolvimento regional e a correcção das desigualdades regionais. -----

5– Reivindicar como regra de ouro a respeitar na criação das regiões administrativas, a autonomia e o reforço das atribuições e competências do restante poder local. -----

6– Considerar adequado que a institucionalização em concreto das regiões administrativas seja precedida de um amplo debate público”. -----

--- Proposta do PSD. -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia 29 de Novembro de 1996, apreciou os diferentes projectos de lei, insertos na Separata nº 11/VII do Diário da República, de 21 de Maio de 1996, atinentes ao processo de consulta sobre Regionalização no respeito pela Deliberação nº 12-PL/96 da Assembleia da República, de 2 de Maio, bem como pela Deliberação, 24/VII, do mesmo órgão, de 24 de Outubro de 1996, que prorroga o prazo de consulta durante mais sessenta dias, até à data limite de 15 de Dezembro do corrente ano, e deliberou: -----

1.– Considerar adequado a institucionalização em concreto das regiões administrativas se precedida de um amplo debate público e de uma adequada consulta popular, vulgo referendo”. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, informou que as propostas serão votadas pela ordem de entrada, na Mesa, primeiro a proposta conjunta do PS e CDU, e depois, se for caso disso, a proposta do PSD. -----

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

--- Seguiu-se o debate com a primeira intervenção do Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** referindo que a sua posição não é mais do que aquela do seu partido, considerando que este assunto começou no sentido inverso, lamentando que não se tenha feito uma adequada consulta popular, vulgo referendo.-----

--- Referiu que continua sem perceber, muito bem, as competências das Regiões e, da leitura que fez dos projectos de lei não viu nada de concreto. -----

--- Perguntou porque é que não se dá mais competências às Câmaras Municipais e CCRs. Afirmou que se confunde eficácia e descentralização com a criação de novos órgãos. ----

--- Disse que se o problema das entidades é não terem autonomia e competências para resolver as questões, então dêem-se-lhes essas competências e, isso sim, é descentralizar.

--- Na opinião do PP, criar uma região é multiplicar cargos e os órgãos sem eficácia comprovada. Perguntou quem paga as regiões e os orçamentos das regiões, e em que região ficará Santarém. Se ficar com Leiria será esmagada pelo seu poderio económico se ficar com Lisboa pior ainda. -----

--- Na opinião do PP não se justifica a criação das regiões administrativas e lamenta que tal assunto não tenha sido objecto de referendo. -----

--- A seguir interveio o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** referindo que a posição do PSD é de que primeiro se faça a revisão Constitucional e depois o referendo. E então, só depois, o PSD apresentará o seu modelo. -----

--- Considerou que não se deve hipotecar situações futuras porque a proposta do PS e da

CDU vem quase criar um modelo, sobre as regiões, entendendo que a Assembleia Municipal não deverá ir tão longe.-----

---Salientou que no entender do PSD Santarém terá que ser o centro de uma futura região a criar, sendo necessário mudar posturas sob pena de, numa futura região administrativa, Santarém ser considerada quarta ou quinta cidade. -----

--- Depois usou da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, na qualidade de membro, que começou por referir o calendário do processo parlamentar.-----

--- Referiu que se sente honrado por ter sido um dos deputados que em mil novecentos e setenta e seis votou a favor da criação das regiões administrativas.-----

--- Salientou que, os objectivos da regionalização são os de desenvolver o país, designadamente nas áreas do interior e descentralizar competências e poderes e atrás disso vem o dinheiro, para que as decisões sejam tomadas mais perto das populações.----

--- Disse ainda que aquilo que serviu para desenvolver os outros países com certeza também servirá para desenvolver o nosso, porque não se compreende que noventa e três por cento do Orçamento de Estado fique para o Poder Central e apenas sete por cento para o Poder Local. E é com esse objectivo que queremos a Regionalização.-----

--- Referiu que de momento não está interessado onde fica a capital da região. A única coisa que não quer é que Santarém fique colado a Lisboa. -----

--- Disse não aceitar que se diga que o PS anda a retardar o processo, desafiando o PSD a apresentar o seu projecto. -----

--- Concluiu referindo que a bancada do seu partido se irá manifestar favoravelmente à

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

criação das regiões administrativas, esperando que esta Assembleia seja recordada mais na altura da concretização das Regiões do que foi hoje aqui participada.-----

--- Interveio a seguir o Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, referindo que o PS é favorável à regionalização porque pretende aprofundar a democracia em Portugal.-----

--- Salientou que todos os Partidos –excepto do CDS que sempre se manifestou contra fizeram bandeira da regionalização nas campanhas eleitorais. -----

--- Frisou que o PS não tem qualquer receio do referendo, salientando que enquanto Governo foi o único partido a lançar a Regionalização. -----

--- Prestou esclarecimentos sobre o documento conjunto entre o PS e a CDU, destacando que este, salvaguarda algumas preocupações levantadas, nomeadamente o reforço das atribuições e competências do Órgãos do Poder Local já existentes, dando a possibilidade das populações assumirem as suas decisões e estabelecerem estratégia para o desenvolvimento dessas regiões.-----

--- Concluiu, salientando que votará favoravelmente o documento porque, no seu entender, defende aquilo que se pretende para Santarém como Região. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** considerando que no Continente existem regiões como Órgãos não eleitos e que têm uma intervenção directamente dependente do Poder Local. -----

--- Referiu-se à densidade populacional da região de Lisboa e Vale do Tejo, fazendo

várias comparações.-----

--- Lamentou que, vinte anos depois, a Regionalização esteja por se fazer, considerando que todos os argumentos são bons para empatar o processo.-----

--- Lembrou que a Constituição diz, no seu texto, que as Autarquias Locais, no Continente, são as Regiões Administrativas, e que a primeira lei aprovada para o Poder Local foi em Outubro de mil novecentos e setenta e sete. -----

--- Disse ainda, saber que a Regionalização não irá resolver todos os problemas, mas a questão importante é de que, esses Órgãos, mais próximos das populações, terão grande importância pela possibilidade de um cidadão reivindicar o poder que está perto de si. ---

--- Concluiu, lamentando que o PS tenha vindo de cedência em cedência em relação a esta política, salientando que a Assembleia Municipal, em concordância com o próprio texto constitucional e os interesses para a região só pode dar um parecer favorável à criação das Regiões Administrativas.-----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA** Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, ao abordar esta matéria –Regionalização– referiu em primeiro lugar que respeita as opiniões contrárias já que esta é uma questão complexa e por isso tem de imperar algum bom senso. Respeita todas as dúvidas pois ele próprio também tem algumas, mas que não faz deste assunto uma questão política/partidária. -----

--- Considerou existirem algumas contradições no discurso do PP. Tendo em conta o debate promovido por aquele Partido onde o orador este presente. Manifestou-se agora

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

surpreendido com alguns argumentos que aqui foram avançados quando o que está em causa é o desenvolvimento estratégico e harmonioso do país, bem como a proximidade, a eficácia das decisões e das opções. -----

--- Questionou como é que no discurso do PSD se diz não existir abordagem pública sobre a matéria quando a Regionalização faz parte integrante da Constituição Portuguesa já há vinte anos, e quando todos os Partidos Políticos fizeram bandeira dessa própria Regionalização nas campanhas eleitorais. Referiu que toda a vida se lutou contra o poder centralizado e agora que se tem a possibilidade de ficar com o poder é que se está a querer rejeitá-lo. Não será isto uma contradição? -----

--- Lembrou que a institucionalização dos municípios quando foi feita não foi pacífica, havendo sempre a necessidade de grandes reformas através dos tempos, existindo sempre os seus grandes adversários. -----

--- Sublinhou que o centralismo é uma qualidade intrínseca de todas as formas de poder seja este central ou municipal.-----

--- Referiu que houve sempre a necessidade de um poder intermédio (veja-se a razão pela qual se criaram as províncias, governos civis, juntas regionais, etc), mas o que nunca se definiu foi um modelo coerente, estratégico e um patamar entre os Municípios e a Administração Central.-----

--- Referiu a preocupação de algumas pessoas com os custos da Regionalização e perguntou? E os custos da desertificação, bem como os custos acumulados nas áreas

metropolitanas de Lisboa, Porto e região de Setúbal? E a falta de qualidade de vida das populações? Estes custos não podem ser contabilizados e muito menos comparados com os custos dos lugares que, por ventura se vão criar e pagar com a Regionalização, como é costume ouvir dizer. -----

--- Disse que existem países da dimensão de Portugal e ainda mais pequenos e têm Regionalização.-----

--- Referiu que, no seu entender, não se deve sobrevalorizar uma nova classe política porque esta nasceu com o Poder Local. E a grande revolução foi a institucionalização do Poder Local sendo este considerando como uma das conquistas mais positivas do vinte cinco de Abril que transformou quase por completo a fisionomia deste país. -----

--- Considerou que a identidade nacional do país nunca esteve em causa, como muitos querem fazer crer, e com certeza que não será uma reforma política/administrativa que irá pôr em causa essa coesão nacional. -----

--- Referiu que defende a regionalização porque é a possibilidade de se ter um verdadeiro desenvolvimento harmonioso e integrado no país, e concluiu salientando que a consulta às Assembleias Municipais é o “Referendo Orgânico” e que concorda com o parecer hoje aqui encontrado, por fusão entre as duas propostas que estavam na Mesa, porque este toca nos pontos essenciais da Regionalização.

--- Interveio novamente o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** referindo que o país, nesta matéria, está dividido e que na opinião do PSD a regionalização terá que ter uma vontade maioritária, não se devendo estar a agir como em mil novecentos e setenta e

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

- seis.-----
- Referiu que o atraso não se deve ao PSD que propôs que a revisão da Constituição se dividisse em duas partes, o que aceleraria o processo do referendo sobre Regionalização e dava continuidade à referida revisão Constitucional. -----
- Saliu que face à experiência existente de vinte anos de democracia, há que reflectir e pensar as suas vantagens e desvantagens e não incorrer em erros do passado.--
- Focou o desenvolvimento das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e concluiu, referindo que na altura certa o PSD apresentará o seu projecto.-----
- Retomou a palavra a seguir o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** esclarecendo que a posição do PP já é antiga e sempre foi coerente, salientando que a Constituição de mil novecentos e setenta e seis teve voto contra do seu partido.-----
- Disse não aceitar que a culpa dos atrasos seja também do PP. Sublinhou o que disse na sua anterior intervenção e referiu que, como não é adepto da Regionalização, fez perguntas aos que preconizam as regiões administrativas, que têm a obrigação de o esclarecer. -----
- Considerou, no seu entender, que não é a Regionalização que vai trazer mais saúde, mais cultura, nem acaba com a desertificação.-----
- Questionou porque é que da proposta inicial do PS foi retirada a expressão “uma adequada consulta popular”.-----

---Interveio novamente a seguir o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, na qualidade de membro, referindo que gostaria de saber qual a posição do PSD em relação à Regionalização.-----

--- Sublinhou que o PS, agora que é Governo e está a defender a regionalização, se viu confrontado, com a ideia do referendo, com a qual aliás não discorda mas que, obviamente, dará origem a um atraso no processo.-----

---Retomou a seguir a palavra o senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, perguntando quem foi que empurrou as populações para as áreas metropolitanas. -----

--- Referiu que, quanto aos modelos, estes têm de ser aferidos com várias consultas e serão esses contributos que poderão definir um modelo. Lembrou que, quando o Poder Local foi criado, também não tinha um modelo, nem tinha uma lei de bases e só depois de institucionalizado é que os contornos do Poder Local, pela prática, foram sendo definidos. -----

--- A seguir retomou a palavra o senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** referindo que, caso as regiões venham a ser instituídas, para o PSD, é fundamental que Santarém venha a ser a capital de uma Região. Mas Santarém, na sua opinião, hoje não tem capacidade de influenciar devido à falta de estratégia dos últimos anos. E se a regionalização for um dado adquirido, talvez, Santarém, esteja irremediavelmente perdida neste contexto. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que, obviamente gostaria que

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

Santarém fosse a Capital de um país, quanto mais de uma Região. Mas é necessário trabalhar para isso. -----

--- Interveio novamente o Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, para referir que o PS será um fervoroso defensor que Santarém deve assumir a capitalidade da futura região que virá a integrar. -

--- A seguir interveio novamente o senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** referindo que a explicação dada pelo Senhor Carlos Palmeiro Carvalho sobre o referendo não o convence. -----

--- Considerou que é às Câmaras Municipais que compete criar condições para fixação da população e concluiu, solicitando ao Senhor Dr. José Niza, enquanto deputado por Santarém, que fosse um adepto fervoroso de Santarém como capital de uma Região. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que neste momento, está mais preocupado com o primeiro embate do processo, mas sendo Presidente da Assembleia e aqui residente há cinquenta anos é claro que tem de defender essas coisas.

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu à votação a proposta conjunta do PS e da CDU, tendo sido deliberado aprovar **por maioria, com vinte e nove votos a favor, nove votos contra e zero abstenções**. -----

--- O Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** interpelou a Mesa, considerando que a proposta do PSD deveria ser votada. -----

--- Após algumas trocas de impressões o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**

perguntou à Assembleia se a proposta deveria ser votada, tendo esta concordado com a votação. -----

--- Submetida a proposta do PSD à votação foi deliberado **rejeitar, com vinte e oito votos contra, oito votos a favor e três abstenções.** -----

Pelo Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA** foi presente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

--- “Justifico o meu voto de abstenção porque penso que a proposta ao ser aceite, pela Mesa, não o foi devidamente. A proposta refere um problema substantivo e não colectivo do “parecer” que era solicitado em relação aos projectos que estavam sobre a Mesa, e a proposta do PSD consubstancia tão só, o problema de metodologia e um problema substantivo”. -----

--- Pelo Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO** foi presente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

--- “Votei contra porque no início da discussão destes dois pontos, foi dito pela Mesa, claramente, e ninguém se opôs, que o primeiro documento votado e que recolhesse os votos necessários para ser aprovado o outro estaria prejudicado. Como na primeira proposta já estava claramente dito, e foi retirado. Eu não sendo contra o referendo, neste momento, sou contra porque ele não está institucionalizado”. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não

ACTA Nº. 21/96
Sessão de 29 de Novembro de 1996

se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Era uma hora e quarenta do dia seguinte, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim,

PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, que a redigi. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----